

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.636 - AM (2019/0295845-0)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : OBEDE DA SILVA AMAZONAS  
**ADVOGADO** : BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA - AM005986  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por OBEDE DA SILVA AMAZONAS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas no HC n.º 4001823-89.2019.8.04.0000.

Consta dos autos que o Recorrente foi pronunciado como incurso no art. 121, § 2.º, inciso II, do Código Penal (fls. 798-805).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pela Corte de origem (fls. 859-864).

Neste recurso, sustenta o Recorrente, em síntese, que o Magistrado praticou ilegalidade ao proferir a decisão de pronúncia, porquanto desconsiderou todo o acervo fático-probatório que evidencia a existência, no caso, da excludente de ilicitude relativa à legítima defesa – que compõe o próprio conceito analítico de crime –, de modo que é direito do Réu a absolvição sumária, nos termos do art. 415, inciso IV, do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, o sobrestamento do trâmite da ação penal n.º 0238104-67.2015.8.04.0001 até o julgamento deste recurso e, no mérito, o trancamento da referida ação com a cassação da decisão de pronúncia.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

O Tribunal de origem, ao denegar a ordem, apresentou os seguintes fundamentos (fls. 862-863; sem grifos no original):

*"02.04. Pois bem. No caso, a impetração apoia-se em um único fundamento, qual seja, o trancamento da Ação Penal por entender que o Paciente foi pronunciado, sem a devida análise das provas que demonstram a excludente de ilicitude pela legítima defesa.*

*02.05. Contudo, examinando os autos e provas verifica-se que a sentença de pronúncia (fls. 798/805) foi devidamente fundamentada, tendo o MM. Juiz a quo, após análise perfunctória das provas, reconhecido a existência de indícios suficientes da autoria e da materialidade do delito, nos exatos termos do artigo 413, §1º do Código de Processo Penal, entendendo ainda plausível manter a qualificadora do*

# Superior Tribunal de Justiça

*motivo fútil.*

**02.06. Portanto, diferente do alegado pelo Impetrante, encontram-se presente nos autos os elementos até então refutados, os quais são verificados pelos relatos das testemunhas às fls. 52/53; 55/56 e 60/61 que indicam de forma coerente e uníssona a intenção do réu de matar, além do auto de reconhecimento às fls. 58 e 63 realizado pelas diversas testemunhas, inferindo-se indícios suficientes de autoria e materialidade."**

Como se percebe, os fundamentos apresentados não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, porquanto foi destacado a existência de materialidade e indícios de autoria na decisão de pronúncia, já que "*relatos das testemunhas [...] indicam de forma coerente e uníssona a intenção do réu de matar, além do auto de reconhecimento [...] realizado pelas diversas testemunhas*".

Ademais, o entendimento desta Corte Superior é no sentido de que "[a] existência de dúvida sobre a prática da conduta em legítima defesa demanda juízo de valor que corresponde ao próprio mérito da imputação, cuja análise compete exclusivamente ao Conselho de Sentença" (AgRg no AREsp 907.813/PB, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 18/11/2016).

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, nas quais deverão constar o estágio atual do processo e a situação prisional do Recorrente.

Oficie-se à Corte estadual para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora

